

Alerta Legislação, nº 14, de 01 a 06 abril 2013
Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72**

Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

■ **LEI Nº 12.798, DE 4 DE ABRIL DE 2013**

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.

■ **LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013**

Altera a [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

Governo do Estado de São Paulo

■ **DECRETO Nº 59.038, DE 3 DE ABRIL DE 2013**

Institui o Programa Paulista de Biocombustíveis e dá providências correlatas

■ **PORTARIA Nº 21, DO DIRETOR PRESIDENTE (SP-PREVCOM), DE 1º-4-2013**

[...] **Artigo 1º-** O artigo 1º, item VI, da Portaria 15, de 01-02-2013, que dispõe sobre o prazo da retroatividade dos efeitos financeiros das contribuições ao Regime de Previdência Complementar dos servidores e empregados públicos do Estado de São Paulo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), passa a vigorar com a seguinte redação: [...]

■ **PORTARIA Nº 15, DO DIRETOR PRESIDENTE (SP-PREVCOM), DE 01-02-2013**

[...] I. O servidor, que optar pela retroatividade de suas contribuições, contribuirá com parcela cujo valor será calculado considerando o salário de participação correspondente ao mês da retroatividade; [...]

	LEGISLAÇÃO FEDERAL
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
05/04/2013	<u>LEI Nº 12.798, DE 4 DE ABRIL DE 2013(*)</u> Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.

	(*) <i>Esta Lei e seus Anexos serão publicados em suplementos à presente edição.</i> <u>LEI Nº 12.797, DE 4 DE ABRIL DE 2013</u> Dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio - QOAp no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências. <u>LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013</u> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. <u>RETIFICAÇÃO</u> <u>DECRETO Nº 7.973, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Aprova o Estatuto da Caixa Econômica Federal - CEF e dá outras providências. (Publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2013, Seção 1)
04/04/2013 Ed. Extra	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 612, DE 4 DE ABRIL DE 2013</u> Reestrutura o modelo jurídico de organização dos recintos aduaneiros de zona secundária, altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012; reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as indenizações a que se refere a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para dispor sobre multa pecuniária pelo descumprimento do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO; e dá outras providências <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 610, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012, amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012, autoriza a distribuição de milho para venda a pequenos criadores, nos termos que especifica, altera as Leis nº 12.249, de 11 de junho de 2010 e nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 7.978, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> Autoriza a concessão de bônus de adimplência para operações de crédito rural contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, nos Municípios da área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. <u>DECRETO Nº 7.977, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> Dispõe sobre o aporte de recursos da União de que trata a Medida Provisória nº 610, de 2 de abril de 2013, e sobre a ampliação do valor adicional do benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para a safra 2011/2012.

03/04/2013

LEI Nº 12.795, DE 2 DE ABRIL DE 2013

Altera a [Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012](#), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

LEI Nº 12.794, DE 2 DE ABRIL DE 2013

Altera a [Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011](#), quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda; institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a [Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012](#), quanto à abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na comercialização da laranja; reduz o Imposto de Renda devido pelo prestador autônomo de transporte de carga; altera as [Leis nºs 12.715, de 17 de setembro de 2012](#), [7.713, de 22 de dezembro de 1988](#), [10.925, de 23 de julho de 2004](#), e [9.718, de 27 de novembro de 1998](#); e dá outras providências.

LEI Nº 12.793, DE 2 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; altera a [Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012](#), para autorizar a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO; altera as [Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989](#), e [nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001](#), que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A.; altera a [Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001](#), e a [Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005](#), para estender à Região Centro-Oeste incentivos fiscais vigentes em benefício das Regiões Norte e Nordeste; e dá outras providências.

02/04/2013

DECRETO Nº 7.976, DE 1º DE ABRIL DE 2013

Cria a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, especifica o seu capital social inicial e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.975, DE 1º DE ABRIL DE 2013

Altera o [Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007](#), que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.

DECRETO Nº 7.974, DE 1º DE ABRIL DE 2013

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa.

01/04/2013

LEI Nº 12.792, DE 28 DE MARÇO DE 2013

Altera a [Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003](#), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos

	Ministérios, criando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 7.973, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Aprova o Estatuto da Caixa Econômica Federal - CEF e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 7.972, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Altera o Decreto nº 3.522, de 26 de junho de 2000, que aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Militar. <u>DECRETO Nº 7.971, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011. <u>DECRETO Nº 7.970, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa, e dá outras providências. <u>RETIFICAÇÃO</u> <u>DECRETO Nº 7.929, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013</u> Regulamenta a Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, no que se refere à avaliação da vocação logística dos imóveis não operacionais da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA; altera o art. 4º do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007; e dá outras providências. (Publicado no Diário Oficial da União de 19 de fevereiro de 2013, Seção 1)
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional	<u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72</u> Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.
Atos do Senado Federal	<u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 2013</u> Acrescenta § 9º ao art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. “ [...] § 9º Os projetos de implantação de infraestrutura de que trata o inciso IV do § 3º deste artigo continuarão a gozar de excepcionalidade, em relação aos limites de endividamento, até sua plena execução, ainda que excluídos da matriz de responsabilidade da Copa do Mundo Fifa 2014 e venham a ser financiados por outras fontes alternativas de financiamento, desde que a execução das obras seja iniciada até 30 de junho de 2014.”

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL (CONCEA) <u>ORIENTAÇÃO TÉCNICA N° 2, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> Presta esclarecimento sobre os critérios, os documentos e os procedimentos a serem observados para a solicitação de Credenciamento Institucional para Atividades em Ensino ou Pesquisa - CIAEP, de que trata a Resolução Normativa n° 3, de 14 de dezembro de 2011 GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA N° 300, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> Prorroga o prazo de procedimento de averiguação complementar em empresa pública sob supervisão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. <u>PORTARIA N° 296 DE 1° DE ABRIL DE 2013</u> Disciplina a gestão, o controle e a contabilidade específica da posição financeira e orçamentária dos recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVARAUTO, para fins do disposto no <u>Decreto n° 7.819, de 3 de outubro de 2012.</u> <u>PORTARIA N° 293, DE 1° DE ABRIL DE 2013</u> Institui a Política de Gestão Documental no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro) <u>PORTARIA N° 165, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> [...] Art. 1° Alterar o Regimento Interno do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, que passa a vigorar na forma do Anexo à presente Portaria, em substituição aos Anexos das Portarias MDIC n° 82, de 1° de abril de 2008, e no 286, de 29 de novembro de 2011. [...]
Ministério da Cultura (MinC)	AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA (ANCINE) <u>RESOLUÇÃO N° 53, DE 26 DE MARÇO DE 2013</u> Dispõe sobre o tratamento sigiloso de informações encaminhadas à ANCINE, previsto nos artigos 60 da Instrução Normativa n° 100 de 29 de maio de 2012 e 23-A da Instrução Normativa n° 91, de 01 de dezembro de 2010, relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA MARINHA (CM) <u>PORTARIA N° 66/DPC, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Transporte de Cargas Perigosas - NORMAM-29/DPC. [...] Obs: Os anexos a esta Portaria encontram-se disponíveis na página da Diretoria de Portos e Costas na Internet GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA NORMATIVA N° 850 /MD, DE 4 DE ABRIL DE 2013</u>

	Aprova, no âmbito do Ministério da Defesa, as instruções reguladoras para a atualização cadastral anual para prova de vida de militares inativos, pensionistas de militares, militares anistiados políticos e seus dependentes, de que trata o Decreto nº 7.862, de 8 de dezembro de 2012. <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 849/MD, DE 4 DE ABRIL DE 2013</u> Altera os arts. 45, 81, 83, 92, 100, 104, 110, 111, 124, 133, 136, 148 e 201 da Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009, que aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 815/MD, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Divulga os cargos de oficial-general existentes nas estruturas organizacionais das Forças Armadas.
Ministério da Educação (MEC)	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> [...] Art. 1º Reajustar o valor das mensalidades de bolsas de estudo pagas pela CAPES e pelo CNPq, no país, para: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) no nível de mestrado, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) no nível de doutorado, R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) no nível de pós-doutorado, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2013. [...] <u>PORTARIA Nº 40, DE 3 DE ABRIL DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o Regulamento do Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) constante do Anexo a esta Portaria. [...] O Programa de Consolidação das Licenciaturas, doravante denominado pela sigla Prodocência, tem como objetivo o apoio à execução de projetos que visem a contribuir para elevar a qualidade dos cursos de licenciatura e valorizar a formação de professores para a educação básica. [...] INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 138, DE 4 DE ABRIL DE 2013</u> [...] Art. 1º Estabelecer as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar da Educação Básica de 2013, que será realizado via Internet em todo o território nacional: [...] SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC) <u>PORTARIA Nº 11, DE 27 DE MARÇO DE 2013</u> [...] Art. 1º Tornar público que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, na condição de parceiros ofertantes de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, no âmbito da Bolsa-

	Formação, estão aptos a receber recursos financeiros da ordem, respectivamente, de: [...] SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES) <u>PORTARIA N° 157, DE 4 DE ABRIL DE 2013</u> [...] Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação, constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior [...] <u>PORTARIA N° 156, DE 4 DE ABRIL DE 2013</u> [...] Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação, constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior [...] <u>PORTARIA N° 155, DE 4 DE ABRIL DE 2013</u> [...] Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação, constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior [...] <u>PORTARIA N° 154, DE 4 DE ABRIL DE 2013</u> [...] Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação, constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior [...] <u>PORTARIA N° 153, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> [...] Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação em Administração, bacharelado, constantes da tabela do Anexo I desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior [...] <u>PORTARIA N° 152, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Educação Superior [...]
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) <u>RESOLUÇÃO N° 4.206, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Altera as normas para contratação e para renegociação das operações de crédito fundiário contratadas ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, inclusive as operações do Programa Cédula da Terra contratadas no âmbito do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, de que trata o MCR 12-1 e o MCR 18-8. <u>RESOLUÇÃO N° 4.204, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Concede novo prazo para contratação de operações ao amparo das linhas especiais de crédito, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), para atender agricultores familiares e produtores rurais afetados pelas enchentes ou enxurradas na região Norte, de que tratam o MCR 4-7-2 e MCR 10-19-5 e 8. <u>RESOLUÇÃO N° 4.203, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u>

	Altera a redação do caput e do inciso II do § 1º do art. 9º-J da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, para definir novo prazo para contratações de operações de crédito no âmbito do Programa Caminho da Escola e alterar a taxa de juros dos financiamentos. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.202, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Regulamenta a abertura e a manutenção, no Banco Central do Brasil, de contas de depósito em reais tituladas por bancos centrais estrangeiros destinadas à realização de operações de swap de moedas locais. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.339, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Aprova o aplicativo m-IRPF, que permite a apresentação, por meio de dispositivos móveis, da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2013, ano-calendário de 2012. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP) <u>CIRCULAR Nº 465, DE 3 DE ABRIL DE 2013</u> Altera a estrutura da tabela CONTRIREC a ser encaminhada à Susep pelas Sociedades Seguradoras, Sociedades de Capitalização, Sociedades de Resseguro, Entidades Abertas de Previdência Complementar, autorizadas a operar no país. [...] Obs.: O anexo a esta Circular encontra-se à disposição dos interessados no site www.susep.gov.br ou na Coordenação de Documentação (Codoc), localizada na Rua Buenos Aires, 256 - Térreo - Centro - Rio de Janeiro – RJ
Ministério da Justiça (MJ)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 1.339, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> Homologa o resultado do processo eleitoral de entidades de trabalhadores da área de segurança pública, de entidades e de fóruns, redes e movimentos sociais da sociedade civil na área de segurança pública.
Ministério da Previdência Social (MPS)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 157, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> Aprova o Módulo II do Manual de Gestão da Informação e Documentação - MGID no âmbito do Ministério da Previdência Social e de suas entidades vinculadas. <u>PORTARIA Nº 156, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Altera a Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999, que dispõe sobre os procedimentos operacionais para a realização da compensação financeira na contagem recíproca entre o Regime Geral de Previdência Social - RGPS e os Regimes Próprios de Previdência no Serviço Público - RPPS. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>RESOLUÇÃO Nº 285, DE 4 DE ABRIL DE 2013</u> Dispõe sobre a alteração da denominação e as competências de Agências da Previdência Social - APS. [...] V - Agência da Previdência Social Atendimento Benefícios por Incapacidade São Paulo-Centro, Tipo A, código

	21.001.11.0, vinculada à Gerência Executiva São Paulo-Centro, para Agência da Previdência Social São Paulo-Liberdade - APSSPL. [...] <u>RESOLUÇÃO N° 280, DE 1° DE ABRIL DE 2013</u> Dispõe sobre critérios técnicos e jurídicos para credenciamento de profissionais de saúde visando à realização de serviços na área de perícia médica.
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN N° 323, DE 3 DE ABRIL DE 2013</u> Dispõe sobre a instituição de unidade organizacional específica de ouvidoria pelas operadoras de planos privados de assistência saúde. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>PORTARIA N° 581, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Institui no âmbito da Anvisa a Comissão de Implantação e Acompanhamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados. <u>RESOLUÇÃO - RDC N° 18, DE 3 DE ABRIL DE 2013</u> Dispõe sobre as boas práticas de processamento e armazenamento de plantas medicinais, preparação e dispensação de produtos magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos em farmácias vivas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>RESOLUÇÃO - RDC N° 17, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Dispõe sobre os critérios para peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e de Autorização Especial (AE) de farmácias e drogarias. <u>RESOLUÇÃO - RDC N° 16, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso In Vitro e dá outras providências. GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA N° 535, DE 3 DE ABRIL DE 2013</u> Altera a Portaria nº 1.654/GM/MS, de 19 de julho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), e a Portaria nº 866/GM/MS, de 3 de maio de 2012, que altera o prazo para solicitação da avaliação externa no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB). <u>PORTARIA N° 529, DE 1° DE ABRIL DE 2013</u> Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). <u>PORTARIA N° 528, DE 1° DE ABRIL DE 2013</u> Define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

	<u>PORTARIA Nº 524, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Estabelece recurso a ser disponibilizado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e do Município de Mauá, Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. [...] R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) [...] <u>PORTARIA Nº 523, DE 27 DE MARÇO DE 2013</u> Estabelece recurso a ser incorporado ao limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade do Estado e Município de São Paulo, Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. [...] R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) [...]
Ministério das Cidades (MCid)	CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 437, DE 27 DE MARÇO DE 2013</u> Restabelece a eficácia da Resolução nº 417/2012, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que altera o artigo 6º da Resolução nº 405, de 12 de junho de 2012, que dispõe sobre a fiscalização do tempo de direção do motorista profissional de que trata o artigo 67-A, incluído no Código de Transito Brasileiro - CTB, pela Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, e dá outras providências.
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.014, DE 26 DE MARÇO DE 2013</u> Autoriza o Banco Santander Brasil S.A. a implantar e explorar a Usina Termelétrica - UTE Torre Santander sob o regime de Autoprodução (AP), localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo.
Ministério do Esporte (ME)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 67, DE 4 DE ABRIL DE 2013</u> Estabelece procedimentos para seleção de atletas no âmbito do Programa Atleta Pódio, assim como estabelece modelo e critérios gerais para a elaboração do Plano Esportivo, ambos instituídos pela Lei nº 12.395, de 2011.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DA MINISTRA <u>PORTARIA Nº 98, DE 3 DE ABRIL DE 2013</u> Institui o Grupo de Trabalho Interministerial-GTI com a finalidade de elaborar proposta para a regularização ambiental em territórios quilombolas estabelecida na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no que concerne ao Cadastro Ambiental Rural-CAR e para a instituição do Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental para esses territórios.
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (SIT) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 102, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Dispõe sobre a fiscalização do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador.

Ministério dos Transportes (MT)	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) <u>RESOLUÇÃO N° 4.071, DE 3 DE ABRIL DE 2013</u> Regulamenta as infrações sujeitas às penalidades de advertência e multa por inexecução contratual na exploração da infraestrutura rodoviária federal concedida. GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA N° 54, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> Aprova o enquadramento, como prioritário, do Projeto de Investimento em Infraestrutura na Área de Transporte e Logística no Setor Rodoviário, proposto pela Sociedade de Propósito Específico - SPE, Concessionária Rodovias do Tietê S.A., para fins de emissão de debêntures incentivadas.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) <u>RESOLUÇÃO N° 1.437, DE 22 DE MARÇO DE 2013</u> Altera, inclui e exclui itens das NBCs T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público.
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA N° 201, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Dispõe sobre o pedido de autorização necessário para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta em que as autarquias e fundações públicas federais figurem como compromissárias. <u>PORTARIA N° 93, DE 4 DE ABRIL DE 2013</u> Disciplina os concursos públicos de provas e títulos para o ingresso na Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil. CONSELHO DE GOVERNO → Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) <u>RESOLUÇÃO N° 22, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Institui o Grupo Técnico para Análise, Seleção, e Acompanhamento do Programa Mais Alimentos Internacional (GT MAIS ALIMENTOS). <u>RESOLUÇÃO N° 18, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Altera para 2% (dois por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários. <u>RESOLUÇÃO N° 17, DE 28 DE MARÇO DE 2013</u> Altera para 2% (dois por cento) e 0% (zero por cento), até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários. → Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) <u>RESOLUÇÃO N° 2, DE 3 DE ABRIL DE 2013</u> Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante - PF e do Preço Máximo ao Consumidor - PMC dos medicamentos, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos

	produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos. SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC) – Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) <u>PORTARIA Nº 888, DE 3 DE ABRIL DE 2013</u> Altera e renova a inscrição do aeródromo público Bauru /Arealva (SP) no cadastro de aeródromos. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SEDH) <u>PORTARIA Nº 320, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> Dispõe sobre a prorrogação do prazo para o cadastramento dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente Distrital, estaduais e municipais junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
06/04/2013	<u>DECRETO Nº 59.046, DE 5 DE ABRIL DE 2013</u> Cria as unidades que especifica e altera o Decreto nº 50.941, de 5 de julho de 2006, que reorganiza a Secretaria da Cultura e dá providências correlatas DOE Seção I, 06/04/2013, p. 1
04/04/2013	<u>DECRETO 59.040, DE 3 DE ABRIL DE 2013</u> Autoriza a Secretaria da Fazenda a efetuar, a título de adiantamento, o pagamento das vantagens pecuniárias a que alude o Projeto de Lei Complementar 8/2013, encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado pela Mensagem Governamental a 48/2013 <u>DECRETO Nº 59.039, DE 3 DE ABRIL DE 2013</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 59.038, DE 3 DE ABRIL DE 2013</u> Institui o Programa Paulista de Biocombustíveis e dá providências correlatas
03/04/2013	<u>DECRETO Nº 59.034, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> Dispõe sobre a criação de unidades escolares na Secretaria da Educação e dá providências correlatas <i>(Município de Cubatão)</i> <u>DECRETO Nº 59.033, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u> Dá nova redação a dispositivo que especifica do Decreto nº 50.712, de 10 de abril de 2006, que fixa as frotas de veículos das Unidades Orçamentárias da Secretaria da Administração Penitenciária <u>DECRETO Nº 59.032, DE 2 DE ABRIL DE 2013</u>

	Dá nova redação a dispositivo do Decreto nº 42.850, de 30 de dezembro de 1963 * <i>*Regulamenta as disposições legais vigentes relativas aos servidores públicos civis e dá outras providências</i>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO RESOLUÇÃO SAP - 35, DE 1º-4-2013 Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar proposta de atenção à saúde para pessoas com necessidades decorrentes da dependência química, no âmbito das unidades prisionais do Estado de São Paulo
Desenvolvimento Metropolitano (SDM)	GABINETE DO SECRETÁRIO RESOLUÇÃO SDM Nº 001, DE 1-4-2013 Institui a Comissão Preparatória Estadual da 5ª Conferência das Cidades prevista no Decreto nº 58.916, de 27 de fevereiro de 2013
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO RESOLUÇÃO SEDS-005, DE 26-3-2013 Dispõe sobre a Norma Operacional Básica para o Programa Renda Cidadã – Benefício Idoso e dá providências correlatas
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO RESOLUÇÃO SE-18, DE 4-4-2013 Altera dispositivo da Resolução SE nº 3, de 18 de janeiro de 2013, que dispõe sobre mecanismos de apoio à gestão pedagógica da escola para implementação de ações estabelecidas pelo Programa Educação - Compromisso de São Paulo COMUNICADO SE DE 3-4-2013 O Secretário da Educação, à vista do disposto na Resolução Conjunta CC/SGP/SF/SPDR 6, DE 28.3.2013, que dispõe sobre a autorização de pagamento de bonificação por resultados – BR, instituída pela LC 1.078/2008, aos servidores da Secretaria da Educação, referente ao período de avaliação de janeiro a dezembro de 2012, DIVULGA a Nota Técnica que trata da apuração dos indicadores da BR e as tabelas que se seguem: Nota Técnica APURAÇÃO DOS INDICADORES DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR Exercício de 2012 A Secretaria de Educação vem desenvolvendo diversas ações que visam a assegurar o aprimoramento da qualidade de ensino da rede estadual paulista, no que se relaciona à gestão pedagógica e administrativa. Integra-se a essas ações a Bonificação por Resultados - BR, que constitui parte de um projeto de Gestão por Resultados e Política de Incentivos. A gestão por resultados já vem sendo cumprida, uma vez que já foram oferecidas metas individuais às unidades escolares, “lôcus” de sua execução [...]

Esporte, Lazer e Juventude (SELJ)	COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER (CEL) <u>PORTARIA G. CEL 20, DE 3-4-2013</u> Candidatura dos Municípios À Sede dos Jogos Regionais e Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni” de 2015
Fazenda (SF)	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>PORTARIA CAT-34, DE 5-4-2013</u> Altera a Portaria CAT-125/11, de 9-9-2011, que institui o Sistema Ambiente de Pagamentos e o Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE-SP <u>PORTARIA CAT-33, DE 5-4-2013</u> Altera a Portaria CAT 126, de 16-09-2011, que disciplina a arrecadação de tributos e demais receitas estaduais bem como a prestação de contas pelas instituições bancárias FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP-PREVCOM) <u>PORTARIA Nº 15, DO DIRETOR PRESIDENTE, DE 01-02-2013</u> O Diretor Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo, de acordo com decisão da Diretoria Executiva e no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 45 do Estatuto Social desta Fundação, aprovado pelo Decreto 57.785 de 10-02-2012, RESOLVE: Artigo 1º- Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 1º das Disposições Transitórias dos Regulamentos dos Planos de Benefícios PREVCOM RP e PREVCOM RG, estabelece: I. O servidor, que optar pela retroatividade de suas contribuições, contribuirá com parcela cujo valor será calculado considerando o salário de participação correspondente ao mês da retroatividade; II. O desconto da Contribuição Retroativa ocorrerá de forma concomitante à Contribuição Normal; III. A Alíquota, objeto de opção pelos participantes no respectivo formulário, será a mesma utilizada para cálculo da retroatividade. IV. O Patrocinador acompanhará paritariamente as Contribuições Retroativas realizadas pelo servidor, sem prejuízo das contribuições normais; V. As Contribuições Retroativas serão parceladas em número de parcelas igual ao número de meses retroagidos; VI. Será observado o limite máximo de 16 meses ou 16 parcelas de Contribuição Retroativa, referentes ao período compreendido entre a publicação da Lei 14.653/11 e o prazo de 60 dias após a publicação da aprovação dos Regulamentos dos Planos PREVCOM RP e PREVCOM RG pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 21-01-2013. Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação (Portaria PREVCOM 15/2013) <u>PORTARIA Nº 21, DO DIRETOR PRESIDENTE, DE 1º-4-</u>

	<u>2013</u> O Diretor Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo, de acordo com decisão da Diretoria Executiva, resolve: Artigo 1º- O artigo 1º, item VI, da Portaria 15, de 01-02-2013, que dispõe sobre o prazo da retroatividade dos efeitos financeiros das contribuições ao Regime de Previdência Complementar dos servidores e empregados públicos do Estado de São Paulo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), passa a vigorar com a seguinte redação: VI. Será observado o limite máximo de 18 meses ou 18 parcelas de Contribuição Retroativa, referentes ao período compreendido entre a publicação da Lei 14.653/11 e o prazo de 120 dias após a publicação do Regulamento do Plano PREVCOM RG no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 23-01-2013, que se encerra em 23 de maio do mesmo ano, bem como a parcela referente ao 13º salário de 2012. [...] GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF-26, DE 1º-4-2013</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SF-21, DE 18-3-2013</u> Disciplina os critérios de apuração e a periodicidade de divulgação da taxa de juros de mora incidente no pagamento de débitos fiscais
Gestão Pública (SGP)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SGP N° 10, DE 2-4-2013</u> Dispõe sobre as políticas, normas, diretrizes e procedimentos para regulamentar emissão e utilização de passagens aéreas no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de São Paulo <u>DELIBERAÇÃO COETIC N° 001/2013</u> Estabelece diretrizes para aplicação de Governança de TIC na Administração Pública Estadual de São Paulo e dá providências correlatas
Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP) <u>RESOLUÇÃO ARTESP-1, DE 25-03-2013</u> Dispõe sobre o Fluxo de Caixa Marginal para novos investimentos nas concessões CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONDECA) <u>DELIBERAÇÃO CONDECA-SP, N° 16, 27-4-2013</u> Dispõe sobre a convocação e normatização do V Encontro Lúdico Estadual dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

Meio Ambiente (SMA)	COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB) <u>COMUNICADO</u> Sistema de Fiscalização de Fontes Móveis 27/03/2013 Enquadramento 23 - Emissão de Fumaça preta acima do previsto (Artigo 32 do Decreto 8.468/76)* Enquadramento 24 - Circular em local sujeito a episódio crítico de poluição do ar (Artigo 50 do Decreto 8.468/76)* Enquadramento 25 - Estacionar em local sujeito a episódio crítico de poluição do ar (Artigo 50 do Decreto 8.468/76)* * Com redação dada respectivamente pelos Decretos Nº 29.027 de 18/10/1988 e 28.313 de 04/04/1988. FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (FUNDAÇÃO FLORESTAL) <u>PORTARIA FF/DE-47, DE 26-3-2013</u> Dispõe sobre o roteiro para a análise da Fundação Florestal sobre a intervenção de empreendimentos em Unidades de Conservação ou zonas de amortecimento
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-542, DE 1º-4-2013</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de março de 2013, consoante exigência prevista na Portaria Detran n. 767, de 2006
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO PGE-8, DE 2-4-2013</u> Dispõe sobre o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre Arbitragem instituído pela Resolução PGE 23, de 8-8-2012
Segurança Pública (SSP)	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO (PCESP) → Delegacia Geral de Polícia Dr. Maurício Guimarães Pereira (DGP) → Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DECAP) <u>PORTARIA DECAP-3, DE 2-4-2013</u> Altera o modelo de atendimento ao público nas unidades subordinadas, fixa novos critérios de alocação dos profissionais e implementa nova dinâmica para o desenvolvimento das atividades de polícia judiciária
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO USP-6.526, DE 3-4-2013</u> Altera dispositivo do Regimento Geral da Universidade de São Paulo O Reitor da Universidade de São Paulo, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em 26 de março de 2013, baixa a seguinte Resolução: Artigo 1º - O item 3 do inciso II do artigo 7º do Regimento Geral, baixado pela Resolução 3745, de 19-10-90, e alterado pelas Resoluções 5901/2010, 4809/2000 e 5904/2010, passa a ter a seguinte redação: "Artigo 7º - São órgãos de integração: I - ...

	II - Institutos Especializados: ... 3 - Instituto de Energia e Ambiente (IEE); (NR)" [...] → Pró-Reitorias → Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) <u>PORTARIA PRP-304, DE 2-4-2013</u> Institui Grupo de Trabalho para propor procedimentos e orientações para a adequada proteção e exploração da propriedade intelectual da USP, especialmente nos casos em que as criações decorrem de parcerias não formalizadas, no âmbito de atividades de pesquisa
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
06/04/2013	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 196, DE 2013 O Poder Executivo poderá instalar restaurantes do programa Bom Prato, nos municípios que tenham Ambulatórios Médicos de Especialidades -AMEs, no âmbito do Estado de São Paulo. DO Legislativo, 06/04/2013, p. 13 PROJETO DE LEI Nº 194, DE 2013 Obriga a Administração Estadual a manter um banco de dados atualizado com informações relativas ao andamento dos inquéritos policiais em todos os distritos policiais. DO Legislativo, 06/04/2013, p. 12
05/04/2013	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 188, DE 2013 Cria o Sistema de Monitoramento Integrado de Informações e de Controle de Fluxos nas rodovias do Estado de São Paulo e seus acessos aos municípios. DO Legislativo, 05/04/2013, p. 13 PROJETO DE LEI Nº 187, DE 2013 Dispõe sobre o oferecimento, na rede pública de saúde do Estado, dos exames e avaliação para diagnóstico precoce do autismo, e também do tratamento para os pacientes portadores do transtorno e do apoio aos familiares dos pacientes com autismo. DO Legislativo, 05/04/2013, p. 13
04/04/2013	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1133, DE 2011 Mensagem A-nº 068/2013, do Senhor Governador do Estado [...] De origem parlamentar, a proposição obriga os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços a dispor etiquetas, preços, informações e demais referências aos produtos de forma visível, com letras compatíveis com a fácil leitura, inclusive por idosos e pessoas com deficiência visual. [...] DO Legislativo, 04/04/2013, p. 23 PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

	PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 9, DE 2013 OFÍCIO Nº 378/13-DIMA 2.3 PROCESSO Nº 118.813/2012 (autuação provisória) São Paulo, 26 de fevereiro de 2013. Senhor Presidente, Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dos ilustres integrantes dessa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso Projeto de Lei Complementar que altera a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado. [...] IVAN RICARDO GARISIO SARTORI Presidente do Tribunal de Justiça A Sua Excelência o Senhor Deputado Samuel Moreira DD. Presidente da Assembleia Legislativa [...] DO Legislativo, 04/04/2013, p. 23
03/04/2013	TRIBUNAL DE CONTAS COMUNICADO SDG Nº 014/2013 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio do seu Centro de Apoio Estratégico à Fiscalização – CAEF, vinculado à Secretaria Diretoria Geral – SDG, em cumprimento aos princípios da publicidade e da transparência dos atos públicos, aliados aos comandos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), notadamente seu art. 48, alterado pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2.009, TORNA PÚBLICO amplo trabalho sobre as 644 Prefeituras sob sua jurisdição, com o propósito de demonstrar o comportamento dos resultados da execução orçamentária ao longo do período de 2005 a 2011. Os dados utilizados, referentes aos exercícios de 2005 a 2009, foram extraídos do SIAPNet - Sistema de Informações da Administração Pública, e os referentes aos exercícios de 2009 a 2011 extraídos dos registros do Sistema Audeps, sendo essas duas fontes alimentadas com dados fornecidos pelas próprias Prefeituras, tratando-se, portanto, de valores que, embora informados em processos de contas, não estão confirmados pelos julgamentos e não foram consideradas quaisquer alterações havidas em decorrência de recursos porventura impetrados nos correspondentes processos. Pode-se afirmar com alta margem de segurança que, nesse estudo, onde as variáveis utilizadas são Receita Arrecadada e Despesa Realizada, a possibilidade de divergência de valores, se ocorrer, será correspondente a valores mínimos que muito pouco interferirão na apuração dos índices. [...] DO Legislativo, 03/04/2013, p. 29

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107